X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Eixo: Política Educacional

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. "Educação ideológica" e o novo papel do Estado Capitalista no Brasil dos anos de 1950.

Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira
UERJ / FEBF - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

RESUMO: Os anos de 1950 no Brasil foram palco de um gradual processo de democratização e politização da sociedade civil que resultou na reconfiguração do papel do Estado capitalista brasileiro. Apoiado em Gramsci, o desafio de compreensão da existência do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao MEC em 1955, parte do entendimento das sociedades modernas como bloco histórico – uma articulação do conteúdo econômico-social e da forma ético-política do desenvolvimento das sociedades capitalistas. Nesse contexto, um grupo de intelectuais com significativa notoriedade e influência política convencem o governo brasileiro a instaurar um núcleo de assessoramento "nas tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista é hoje incumbido de realizar" (TOLEDO, 1997; p. 184). Partimos da hipótese de que a criação do ISEB, e o inusitado papel por ele desempenhado como órgão ministerial, resultou das transformações presentes no novo bloco histórico brasileiro; via ISEB, o papel do Estado se ampliou, tendo em vista as novas estratégias organizativas de construção de consenso voltadas à consolidação da hegemonia burguesa no país. A questão que nos colocamos é compreender o inusitado papel do ISEB, no uso de estratégias educativas e formativas de natureza pós-universitária, voltadas à construção do consenso envolvendo a concepção, consolidação, divulgação e continuidade do projeto de desenvolvimento em curso naquele momento no país - o "nacional-desenvolvimentismo". Institucionalizado através do DL 37.608 de 1955 como órgão vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura, o ISEB foi definido como um "curso de altos estudos sociais e políticos, de nível pós-universitário" (LEX, 1955; p. 232). O grupo se deu sob a liderança de Hélio Jaguaribe (Filosofia e Ciência Política) mais Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Cândido Mendes (História), Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), Nelson Werneck Sodré (História) e Roland Corbisier (Filosofia). Tendo em vista o restrito material empírico sobre o ISEB, a análise apresentada se apoiou no documento intitulado "Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960". Dentre as temáticas mais frequentes, destacam-se: desenvolvimento, nacionalismo, política do desenvolvimento, indústria no Brasil, política nacional, colonialismo, planejamento, questão agrária no Brasil, etc. Para o ISEB o desenvolvimento nacional se apoiava fundamentalmente no fomento dos recursos produtivos centrados na industrialização e desdobramentos afins, envolvendo recursos energéticos, recursos técnicos, etc. Assim, a "educação ideológica" praticada pelo ISEB eram estratégias voltadas à viabilizar tanto o estudo (uso das ciências sociais para a

elaboração de instrumentos teóricos), quanto o ensino e a divulgação da ideologia do projeto de desenvolvimento no âmbito de um amplo processo de construção do consenso encaminhado pelo Estado. Como conclusão parcial, a experiência isebiana, enquanto novo papel do Estado (como aparelho de construção de consenso vinculado ao Estado) e enquanto implementação inovadora de formação de pesquisadores voltados à realidade brasileira, não pode ser ignorada sob pena de não percebermos o sentido das mudanças que se dão no papel do Estado capitalista no Brasil ao longo do seu histórico desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: ISEB - Instituto Brasileiros de Estudos Brasileiros; ampliação do papel do estado capitalista brasileiro; educação ideológica; aparelho de construção de consenso.

Marcado pela consolidação nacional do modelo de industrialização e do sistema capitalista, os anos de 1950 no Brasil se caracterizaram pela consolidação de um modelo econômico concebido através de determinados princípios expressos, no ficou conhecido, como o ideário "nacional-desenvolvimentista" ou "desenvolvimentismo". Nesse contexto, ao longo dos anos de 1950 até a chegada do golpe de 1964, o Estado capitalista brasileiro, inserido num contexto de lógica democrática, buscou novas formas de atuação para se adequar às demandas dos novos tempos. Apoiada no referencial gramsciano, a identificação das novas estratégias de atuação do estado brasileiro desenvolvidas no presente trabalho, partem da análise das sociedades modernas como bloco histórico. O entendimento da sociedade moderna como bloco histórico pressupõe a articulação dialética e dinâmica do plano econômico e do plano político, ou do conteúdo econômico-social e da forma ético-política ou do binômio que conjuga estrutura e superestrutura[1]. Nesse contexto, a máquina do estado capitalista burguês tem função estratégica.

> "Nas sociedades capitalistas, o poder emana das relações sociais de produção na sociedade civil (estrutura) e é exercido pelo Estado, ou sociedade política (superestrutura política), forma ético-política de garantia da dominação da classe expropriadora sobre a classe expropriada ou trabalhadora." (NEVES, 2005; p. 21)

No contexto de um processo de modernização capitalista que se desenvolveu de forma articulada à história da apropriação burguesa do Estado, os anos de 1950 no Brasil foram palco de um gradual processo de democratização e politização da sociedade civil

[1] O referencial teórico utilizado vincula-se ao materialismo histórico de Marx com ênfase nas reflexões de Antonio Gramsci envolvendo: teoria de Estado, ampliação e papel do Estado capitalista moderno, aparelho de Estado, aparelhos de hegemonia (BUCI-GLUCKMANN, 1980; NEVES, 2005; COUTINHO, s/d).

articulado ao desenvolvimento de uma formação do tipo urbano-industrial e portanto burguesa; dentre as mudanças resultantes da nova configuração do bloco histórico em curso, destacava-se a reconfiguração do papel do Estado. Para além da dominação direta, via aparelhos coercitivos, nos anos de 1950, o Estado brasileiro se ampliou passando a ter atribuições explícitas na construção do consenso no âmbito do conjunto da sociedade.

Nesse sentido, parto da hipótese de que a criação do ISEB, e o inusitado papel por ele desempenhado como órgão ministerial, resultou das transformações que se fizeram necessárias ao novo bloco histórico no Brasil. O papel do Estado se ampliou, ao conceber novas estratégias organizativas de construção de consenso voltadas à consolidação da hegemonia burguesa no país. Articulado a outros mecanismos que viabilizavam a prática democrática e a lógica do consenso, o ISEB se singularizou pelo ineditismo de uma proposta que se apoiava numa abordagem de cunho pedagógico e acadêmico. Se, num primeiro momento, o foco dessa formação isebiana voltava-se à nascente burocracia estatal e num segundo momento, após crises internas, voltada à estudantes e grupos sociais mais progressistas. A questão do presente trabalho é compreender o inusitado papel do ISEB, no uso de estratégias educativas e formativas de natureza pós-universitária, voltadas à construção do consenso envolvendo a concepção, consolidação, divulgação e continuidade do projeto de desenvolvimento em curso naquele momento no país – o "nacional-desenvolvimentismo"[2].

Nesse contexto, um grupo de intelectuais com significativa notoriedade e influência política convencem o governo a instaurar um núcleo de assessoramento "nas tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista é hoje incumbido de realizar" (TOLEDO, 1997; p. 184). O artigo 2º. do DL 37.608 de 1955 assim registrou a finalidade do ISEB assim como suas áreas de atuação formativa.

> Art. 2º. - O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (LEX, 1955; p. 232)

[2] Os anos de 1950 no Brasil se caracterizaram pela consolidação nacional do modelo de industrialização e do sistema capitalista; tal modelo econômico se apoiava no ideário "nacional-desenvolvimentista", através do qual as práticas capitalistas passam a se legitimar.

Criado em pleno governo provisório do Presidente Café Filho, o ISEB foi institucionalizado através DL 37.608 de 1955 como órgão vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura, sendo definido como um "curso de altos estudos sociais e políticos, de nível pós-universitário" (LEX, 1955; p. 232). A criação do instituto se deu sob a liderança de Hélio Jaguaribe (Filosofia e Ciência Política) - considerado o principal articulador e mentor do grupo - além dos professores Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Cândido Mendes (História), Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), Nelson Werneck Sodré (História) e Roland Corbisier (Filosofia).

Ao longo de dinâmica e seletiva atuação social, em 1958, o ISEB vivenciou uma crise interna que tanto reforçou determinada posição nacionalista quanto resultou na mudança de seu público alvo: se até então as atividades formativas do ISEB voltavam-se à burocracia civil e militar da aparelhagem estatal, após 1959, tais atividades voltam-se à estudantes, sindicatos e outros grupos nacionalistas em processo de organização.

Tendo em vista o restrito material empírico sobre o ISEB e seus encaminhamentos, a análise apresentada se apoiou no documento intitulado "Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960"[3], localizado na Biblioteca Nacional.

5.1. A materialidade da "educação ideológica". O "Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB".

Em seu texto "Condições Institucionais do Desenvolvimento" de 1958, Jaguaribe explicita seu entendimento do que ele denominava "educação e organização ideológica" (JAGUARIBE, 1958) como sendo os instrumentos fundamentais, tanto para **desencadear a necessária vinculação à ideologia do desenvolvimento**, quanto para **dar conta de sua contínua assimilação** tendo em vista o projeto pretendido. Estavam lançados o inusitado

[3] "Relatório Sucinto das Atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960", Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52, 30, 49). Tive acesso a esse documento a partir do trabalho de **João Alberto da Costa Pinto**, gentilmente sugerido pelo Profa. Sonia Regina Mendonça, apresentado como tese de doutorado, intitulada: "Os impasses da "intelligentsia" diante da revolução capitalista no Brasil (1930-1964): Historiografia e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré", Niterói: UFF: julho de 2005.

papel e atuação do ISEB no âmbito da máquina de Estado, a partir do então Ministério de Educação e Cultura.

A colocação de Jaguaribe nos possibilita a seguinte análise do que se esperava de uma "educação e organização ideológica": 1) a necessidade de viabilizar, de maneira sistematizada e didática, a legitimidade do significado e do objetivo da ideologia do projeto de desenvolvimento que se queria hegemônico; e 2) uma necessária e contínua assimilação, expressa na organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento de seu conteúdo - papel a ser desempenhado por instituições tais como o ISEB. Uma instituição que, a despeito de não se constituir um órgão vinculado ao sistema público de escolarização nacional, estratégicamente desenvolveu uma ampla atuação educativa, peculiar e diferenciada, na medida em que era exclusivamente direcionado à construção e divulgação do conhecimento ideológico necessário ao projeto desenvolvimentista no Brasil.

Para Jaguaribe, o momento da "conscientização" era o momento-chave da educação ideológica, a partir do qual a ideologia é efetivamente assimilada; posteriormente se coloca a necessidade de padronização de comportamentos e práticas políticas organicamente relacionadas com os princípios assumidos pela posição ideológica defendida, entre elas a reorganização do aparelho do Estado. O autor explica a necessidade de se alcançar o estágio de uma "eficácia da consciência ideológica", a ser trabalhado através de conferências e palestras assim como através da geração de núcleos de esclarecimento, formação e pesquisa, configurando um conjunto de atividades pedagógicas e formativas que nos ajudam a compreender a natureza pós-universitária (sem que fosse uma universidade) que singularizou a existência do ISEB.

Assim, o "Relatório do ISEB" se constitui a expressão concreta de funcionamento do mais importante núcleo de divulgação, esclarecimento e formação de quadros multiplicadores da ideologia nacional-desenvolvimentista, que caracterizou os anos 50 no Brasil; conhecer e compreender seu conteúdo, tendo acesso à maneira pela qual a educação e a organização ideológica eram pensadas, organizadas e efetivamente praticadas, esclarecerá um pouco do sentido estratégico das naturezas ideolólico-política e pós-universitária praticadas pelo ISEB.

A análise do "Relatório do ISEB" se concentrou inicialmente nos aspectos descritivos: papel timbrado do "Ministério da Educação e Cultura" seguido por "Instituto Superior de Estudos Brasileiros". Trata-se de um documento datilografado, não tendo definição de autoria, nem a quem se destinava – a suspeita é que sua autoria seja do Professor Roland Corbisier, na época Diretor do Instituto, mas só é possível supor se tratar de um documento "do ISEB" possivelmente "para o MEC".

O documento tem como título, "Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960", seguido de uma estrutura de sumário, com títulos e subtítulos. No verso da primeira página encontra-se um carimbo do MEC, com a data de 27 de maio de 1963, parecendo ser a data de sua elaboração, tendo em vista algumas questões: o documento só cobre o período que vai até novembro de 1960; e além disso, o estilo da redação, a ênfase e o destaque de determinadas informações, me levam a supor que o mesmo tenha sido escrito em 1961. Ou seja, o documento dá algumas pistas de ter por objetivo dar continuidade às ações e atividades que vinham sendo desenvolvidas a despeito da crise ocorrida em 1958, que culmina na reestruturação organizacional do instituto expressa no DL 45.811 de 15 de abril de 1959.

A seguir, há o registro de parte das informações que o documento apresenta, com destaque para o registro da numeração original das páginas que compõem o índice da publicação, de forma que o leitor possa ter uma noção dos volumes de informações que constam ao longo dos diferentes itens[4].

> **Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960.**
>
> **01. Histórico e Finalidades / p. 1**
> **Nova Organização**
> **02. Projeto criando o ISEB por Lei / p. 2**
> **03. Verbas / p. 2**
> **04. Inauguração da sede do ISEB / p. 3**

[4] Como já foi registrado nas referências do mesmo, o "Relatório do ISEB" se encontra na Biblioteca Nacional e infelizmente não foi possível ser feita uma microfilmagem do mesmo porque a Biblioteca não tinha condições de fornecer um prazo de entrega do referido trabalho; vale assinalar, que tal situação me levou a um longo trabalho transcrição de quase todo o documento, o que justifica a ausência de algumas informações.

05. Atividades realizadas / p. 4
A. Setor de Estudos e Pesquisas / p. 4
I – Estudos e Pesquisas / estagiários de tempo integral
. Filosofia
. História
. Política
. Sociologia
. Economia
II – Aos representantes dos Estados
III – "Pesquisa sobre a estrutura econômica dos estados do Brasil"
IV – "Pesquisa sobre os desequilíbrios regionais do Brasil"
"Inflação e desenvolvimento ..."
V – "Pesquisas sobre capitais estrangeiros"
VI – Estudos sobre o problema agrário
VII – Comércio exterior e problema cambial brasileiro
VIII – Estudos iniciados – pesquisas e análises / p. 8
B. Levantamento Estatístico e Documentação / p. 11
C. Serviços de Cursos e Conferências / p. 13
Curso regular
Aula Inaugural
Aulas e Seminários
Bolsas de Estudos
Conferências no Curso Regular / p. 21
Visitas feitas pelos estagiários / p. 28
Teses (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 29
Encerramento do Curso Regular / p. 42
Cursos Extraordinários (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 43
Conferências (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 58
Publicações / p. 63
06. Programa de Atividades para 1961
(Relatório do ISEB, s/d).

O item inicial, **Histórico e Finalidades - Nova Organização**, se reporta, sem acrescentar maiores novidades, à criação do ISEB,

> "cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional" (Relatório do ISEB, s/d; grifos meus).

A seguir, o documento se refere às mudanças geradas pela crise de 1958[5] que resulta no Decreto-Lei no. 45.811 de 14 de abril de 1959; tal crise gerou uma série de

[5] Sobre a crise de 1958, vale a explicação que se segue:

mudanças tanto na concepção quanto na organização dos estudos que caracterizavam o ISEB. No documento, o grau de detalhamento envolvendo a explicação da nova organização do ISEB sugere uma preocupação com a defesa e legitimidade das mudanças assumidas pelo grupo que permaneceu na instituição.

Ou seja, a crise de 1958 resultou na existência de 2 ISEBs: um que vai de 1955 até 1959, e o posterior que vai de 1959 até 1964. O ISEB do primeiro período inova no papel que se coloca, na medida em que, a despeito de não ser uma Universidade, foi concebido como uma instituição de estudos pós-universitários, vinculada ao então Ministério de Educação e Cultura, componente da máquina de Estado brasileiro. Ao longo de sua existência, o ISEB sempre foi um órgão ministerial que estudava, concebia e divulgava conhecimentos específicos sobre o país para posterior intervenção na realidade brasileira. A partir de 1959, o ISEB continua desempenhando o mesmo papel inovador de desenvolver uma "educação ideológica" a despeito de se constituir numa instituição ministerial pertencente à máquina do Estado. O que muda é: 1) o aprofundamento da defesa de uma concepção nacionalista de desenvolvimento para o país, 2) a estratégia de organização adotada nas atividades de estudo, pesquisa e divulgação e, fundamentalmente, 3) a ampliação de seu público que passa a conjugar estudantes de graduação e trabalhadores sindicalizados. Vale assinalar que tais mudanças confirmam a inserção estratégica do ISEB na condução do processo de modernização urbano-industrial do Estado brasileiro e do contexto de consolidação da revolução burguesa no Brasil – ou

---

"A polêmica levantada em torno das ideias apresentadas na obra de Jaguaribe centrava-se fundamentalmente na análise da política do petróleo e da política de capitais estrangeiros, em que o autor deixava clara sua posição favorável à exploração do setor petroquímico pelas empresas privadas. Por outro lado, Jaguaribe considerava vantajosa para o Brasil uma política de investimentos estrangeiros, que permitiria solucionar o problema da falta de capitais e de técnica. Entre os grupos que lhe foram contrários, essas ideias foram consideradas incompatíveis com a posição nacionalista que orientava o ISEB. (...) Assim, pelo Decreto nº 45.811 de 15 de abril de 1959, foi alterada a estrutura do ISEB, sendo extinto o conselho consultivo e passando o conselho curador a ter atribuições de caráter fiscal. Foi vedado aos membros desse conselho exercer cumulativamente a função de professor responsável pelos departamentos culturais, medida essa que atingiu Jaguaribe, professor de ciência política. Pelo mesmo decreto foi ainda criada uma congregação composta dos professores responsáveis pelos departamentos culturais, encarregada da supervisão das atividades docentes do instituto. Foram também instituídos os serviços de estudo e pesquisas, de cursos e conferências e de publicações e divulgação. (Abreu e Flaksman, 1984; grifos meus)

seja, o ISEB acompanha a radicalização tal processo de modernização, até sua ruptura em 1964[6].

> "Criado a título de ensaio, como órgão de vanguarda para os estudos dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento, o ISEB não poderia ficar preso ao Decreto que o instituiu, pois a prática e a experiência aconselhavam a modificação de sua estrutura, a fim de torná-la mais flexível e capaz de adaptar-se às exigências criadas pelo crescimento e pela expansão do Instituto" (Relatório do ISEB, s/d; grifos meus).

Em se tratando da **criação do ISEB**, o documento afirma ter se dado "a título de ensaio, como órgão de vanguarda, para os estudos dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento". Dois aspectos se destacam nesse texto: a) o aparecimento de uma informação nova - o fato do ISEB ter sido criado a título de ensaio; e b) a clara confirmação de que sua criação tenha sido para dar conta da formulação da ideologia do desenvolvimento.

Para dar conta dos objetivos pretendidos, o ISEB atuava com um quadro flexível de palestrantes; existiam os professores que faziam parte do quadro da instituição e existiam também outros intelectuais, professores, técnicos e especialistas que eram convidados a dar aulas e conferências, em Cursos que podiam ser os Regulares ou os Cursos Extraordinários.

No item **Atividades Realizadas** há o registro de grande volume de dados, agrupados em 3 sub-itens, que informam aestrutura de funcionamento acadêmico-pedagógico da instituição: A) Setor de Estudos e Pesquisas; B) Levantamento Estatístico e Documentação; e C) Serviços de Cursos e Conferências, sendo que dos três setores apresentados, o que apresenta maior volume de dados é o "Serviços de Cursos e Conferências", seguido do "Setor de Estudos e Pesquisas".

O primeiro item, **Setor de Estudos e Pesquisas,** descreve o trabalho especializado do ISEB, se subdividindo em 8 subitens; o primeiro desses subitens aponta uma relação

[6] Segundo Florestan Fernandes, a revolução burguesa no Brasil, "é um processo de constituição simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação e do poder burguês. Nesse momento, constituem-se concomitantemente as bases materiais sobre as quais repousa o poder da burguesia, assim como as estruturas políticas – O Estado – através das quais a dominação e o poder burguês se expressarão e se exercitarão como um poder unificado, como interesses especificamente de classe [que], podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem os interesses da Nação como um todo," (FERNANDES, 2006; p.14)

de grandes temas trabalhados nos diferentes departamentos, através de "estudos e pesquisas a cargo dos estagiários de tempo integral". Cada grande tema – Filosofia, História, Política, Sociologia, e Economia – conjuga as respectivas pesquisas desenvolvidas. O tema da Política e da Economia são apresentados como exemplo.

Relação das pesquisas por grandes temas (1956-1960)

Política

1. Antecedentes econômico-sociais e políticos da Independência
2. As bases econômico-sociais e políticas da Monarquia Parlamentar do Império
3. As lutas da classe média e a crise da República
4. As bases econômico-sociais e políticas do Estado Novo
5. Condições para a reforma do Estado no Brasil
6. Estrutura e funcionamento dos partidos políticos no Brasil

Economia

1. A inflação, evolução e repercussão na economia nacional
2. Estudo de capacidade importadora do Brasil, suas determinantes e seus efeitos no desenvolvimento econômico do País
3. O crescimento dos serviços básicos e as transformações estruturais da economia nacional
4. O capital estrangeiro na economia brasileira
5. A expansão do setor público e seus efeitos no desenvolvimento econômico do País
6. A distribuição da renda no Brasil, sua evolução desde a crise de 29
7. Desenvolvimento econômico e formação de capitais
8. Os desequilíbrios regionais na economia brasileira
9. O sistema bancário brasileiro, sua evolução e exame de seu papel nas variações cíclicas e no desenvolvimento econômico do País.

(Fonte: Relatório do ISEB, s/d. Elaboração própria, grifos meus)

De maneira geral, constata-se que todas as pesquisas desenvolvidas são voltadas para as questões brasileiras - a maioria dos títulos das pesquisas contem as expressões: do Brasil, brasileira, do País, nacional, etc. O maior número de pesquisas se dá no âmbito da Sociologia (10) seguida da Economia (09). As 34 pesquisas registradas eram de autoria dos estagiários de tempo integral; uma produção que se dava através de uma lógica pós-universitária, utilizada como recurso estratégico na conformação ideológica voltada ao incentivo e promoção do projeto desenvolvimentista no Brasil.

Nos itens II, III e IV do documento, os temas registrados se concentram em estudos sobre os setores produtivos do país: agricultura, indústria e serviços; importação / exportação; energia elétrica; estruturas econômicas; etc. O item V apresenta uma ampla

pesquisa sobre "Capitais Estrangeiros", e possivelmente, pelo fato de tratar-se do tema gerador da crise de 58, seu registro evidencia uma clara preocupação com a seriedade dos estudos voltados a esse tema.

Dos itens seguintes, vale destacar o último, "Estudos iniciados – pesquisas e análises", no qual aparecem reiteradamente vários assuntos relacionados ao desenvolvimento produtivo, com destaque para temas relacionados à industrialização no país.

Estudos Iniciados – pesquisas e análises

Indústria

1. Crescimento da produção industrial
a) bens de produção
b) bens de consumo
2. Distribuição do capital na Industria
3. Inversões de capital na Industria
4. Tendências da concentração da produção
5. O centro dinâmico do desenvolvimento econômico nacional
6. Tendências e características da industria nas regiões subdesenvolvidas do país – Centro e Periferia
7. Força motriz e mão-de-obra
8. Indústrias básicas e pontos de estrangulamento: ...
9. Política financeira do governo e ritmos de industrialização
10. Problemas do reequipamento industrial
11. Indústria e Agricultura
(subitens: a; b; c)
12. Distribuição da mão-de-obra
(subitens: a; b; c; d; e)
13. Mercado nacional
(subitens: a; b; c; d; e; f)
14. Crédito
(subitens: a; b)

(Fonte: Relatório do ISEB, s/d. Elaboração própria)

Em seguida o Relatório passa a apresentar dados sob a rubrica **Levantamento Estatístico e Documentação**, que apresenta uma relação de levantamentos e estudos agrupados em 12 grandes temas que cobrem distintas dimensões do novo modelo de desenvolvimento em curso.

Grandes Temas trabalhados ISEB

1. Desenvolvimento da Economia Brasileira
2. Desenvolvimento Industrial
3. Desenvolvimento Agrário
4. Desenvolvimento dos Serviços

5. Desenvolvimento do Setor Externo da Economia
6. Produtividade
7. Substituição de Importações
8. Capacidade para Importar
9. Capital Estrangeiro
10. Setor Público
11. Movimento Bancário
12. Distribuição da Renda

(Fonte: Relatório do ISEB, s/d. Elaboração própria)

Finalizando as "Atividades Realizadas", o Relatório apresenta o item "**Serviços de Cursos e Conferências"**, que conjuga o maior volume de dados e informações do documento. As atividades apresentadas são organizadas nos 4 diferentes tipos de ação educativa praticadas pelo ISEB: Curso Regular, Cursos Extraordinários, Ciclos de Conferências e Conferências.

. **Curso Regular**

> "Inclui aulas, seminários, trabalhos de grupo e conferências, tem a duração do ano letivo e é constituído pelas seguintes disciplinas: Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia e Economia, ministradas pelos chefes de Departamentos ou por professores adjuntos e assistentes por eles indicados.
> O curso é dado a duas categorias de alunos: estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial. A categoria de estagiários de tempo integral é constituída de representantes das seguintes instituições: ["..."]" (Relatório do ISEB, s/d; grifos meus).

No Curso Regular destacam-se as disciplinas de referência – Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia e Economia; a existência de 3 tipos de Professores - Professores Chefes de Departamentos, Professores Adjuntos e Professores Assistentes; e 2 tipos de alunos – os estagiários de tempo integral e os estagiários de tempo parcial.

Em se tratando de informação que nos auxilia na compreensão do papel inovador do ISEB, a lista dos órgãos às quais esses estagiários de tempo integral se veinculam, constitui-se num universo de 64 instituições, das quais uma maioria de 28 órgãos, eram direta e/ou indiretamente, vinculados à administração estatal nos seus diferentes níveis (municipal, estadual, federal) seguida de 14 representantes diretos nos Estados da União. Somam-se a elas, a presença de federações de trabalhadores e de empresários, alguns

sindicatos e a presença de organizações estudantis. O ISEB, em seus primeiros anos, tem a maior parte de sua atuação voltada à formação dos quadros do Estado nacional.

. Aulas Inaugurais

- em 14 de maio de **1956**, proferida pelo Professor Álvaro Vieira Pinto, Chefe do Departamento de Filosofia do Instituto, com o tema **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**, numa solenidade que contou com a presença do então Presidente da República e altas autoridades do país;
- em 22 de março de **1957**, proferida pelo Professor Alberto Guerreiro Ramos, Chefe do Departamento de Sociologia, que explorou o tema **Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional**;
- **em 1958**, no Auditório da Rua das Palmeiras 55, proferida pelo Professor Cândido Antonio Mendes de Almeida, Chefe do departamento de Política, que apresentou o tema, **Nacionalismo e Desenvolvimento**;
- em 12 de março de **1959**, no Auditório do ISEB, proferida pelo Professor Nelson Werneck Sodré, que apresentou o tema, **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**;
- **em 1960**, proferida pelo Professor Ignácio Rangel, Chefe do Departamento de Economia, que apresentou o tema, **Recursos ociosos na economia nacional**.

Vale observar a escolha dos temas ao longo dos diferentes anos; a escolha do tema da "Ideologia do desenvolvimento nacional" para "abrir" as atividades educativas do ISEB em 1956 evidencia que já se encontrava em pleno encaminhamento - o investimento do grupo na concepção de uma ideologia condutora do projeto do desenvolvimento nacional. No ano de 1957, a escolha do tema volta-se para as análises sociológicas do poder nacional, entendimento necessário à continuidade do projeto de desenvolvimento. Em 1958, 2 grandes temas típicos do ISEB abrem o ano letivo - "Nacionalismo e Desenvolvimento" - uma articulação conceitual que constitui o cerne do ideário isebiano. Em 1959, o tema escolhido confirma a ideologia nacionalista ao explorar a natureza histórica e o efetivo entendimento do nacionalismo brasileiro. Já em 1960, aparece um tema voltado aos recursos econômicos - foco da empiria das pesquisas isebianas.

. Aulas e Seminários

Foram ministradas, ao longo do período 1956-1960, um total de 1452 aulas e 332 seminários; a descrição desse universo das práticas docentes ministradas leva em conta o ano, a presença de cada área nesse ano (Filosofia, Sociologia, Formação Histórica do Brasil, Economia , História, Filosofia no Brasil, e Política) e respectivo professor. Ao longo dos 4 anos registrados no documento, Álvaro Vieira Pinto foi o professor mais atuante em sala de aula.

. **Bolsas de Estudos**

O Relatório aponta um total de 43 bolsas, concedidas aos estagiários representantes de diversos Estados da União. Os totais de bolsas variavam, anualmente, da seguinte maneira: em 1956 – 11 bolsas; em 1957 – 13 bolsas; em 1958 – 5 bolsas; em 1959 – 6 bolsas; em 1960 – 8 bolsas. Destaque para o ano de 1957 como o ano em que o ISEB mais bolsas concedeu.

. **Conferências no Curso Regular**[7]

O Relatório registra cada Conferência anualmente, com data de ocorrência, título, palestrante responsável e profissão. Geralmente não eram ministradas pelos professores do ISEB, sendo consideradas atividades diferenciadas das atividades de sala de aula, mas também dirigidas aos estagiários dos Cursos Regulares, acontecendo sempre às 6as. feiras, a partir das 11:00 h, no Auditório do ISEB. Em relação aos títulos das Conferências, mais uma vez evidencia-se o fato dos temas serem voltados às questões brasileiras, destacando-se o constante registro de termos como "nacional", "brasileiro", "Brasil". Os números dessas apresentações e temas mais freqüentes variaram da seguinte maneira:

No. de Conferências Proferidas / Temáticas abordadas

Ano	No. Conferências	Temáticas abordadas

[7] A listagem que registra o conjunto dos títulos das Conferências encontra-se em anexo, no final do trabalho.

1956	**9**	nacionalismo; Petrobrás; estudos atômicos; siderurgia; desenvolvimento nacional; saúde e população; problema trabalhista; endemias rurais
1957	**12**	colonialismo e alienação cultural; política do desenvolvimento; classes e desenvolvimento; planejamento regional; nacionalismo; energia atômica; inflação; economia na América Latina; economia regional
1958	**15**	tecnologia e desenvolvimento; mercado comum europeu e desenvolvimento brasileiro; indústria no Brasil; industrialização e desenvolvimento; situação cambial e financeira; relações da Europa e Brasil; vitalidade da Europa; educação na URSS; política nacional de investimentos; controle ideológico e programa econômico; educação para o desenvolvimento
1959	**18 + 28 = 46**	Temas das Conferências do Curso **Estrutura dos Recursos Naturais no Brasil**: agricultura; mineração; criação; indústria; fontes de energia (carvão, petróleo; água); matérias-primas minerais (ferro, manganês, atômicos, petróleo, não ferrosos, álcalis); alimentos vegetais (café, borracha, trigo, algodão, fibras e óleos). Temas das demais Conferências: tecnologia e desenvolvimento; nacionalismo; territórios federais; café; revolução cubana; questão agrária; alumínio; construção naval; problema agrário; indústria mecânica; problema rodoviário; transporte ferroviário; empresas de energia elétrica; problema portuário; energia nuclear; política aduaneira; indústria automobilística; carvão nacional; agricultura; zona de comércio livre; aviação comercial brasileira; construção naval; nacionalismo e petróleo
1960	**13**	reforma agrária; formação de técnicos para o desenvolvimento; indústria no Brasil; reforma agrária; petróleo; reforma agrária e desenvolvimento econômico em Cuba; projeto de diretrizes e bases da educação; manganês; colonialismo; telecomunicações; nacionalismo e regionalismo

(Fonte: Relatório do ISEB, s/d. Elaboração própria)

A análise dessa tabela confirma a ênfase dada pelo ISEB aos temas e problemáticas da realidade brasileira; ou seja, o país e suas problemáticas sempre são o foco dos estudos do ISEB. Em se tratando do volume anual, no ano de 56 foram feitas, relativamente em relação aos outros anos, poucas Conferências, talvez por tratar-se do ano inicial quando as estratégias do Instituto ainda estavam sendo concebidas e estruturadas. Daí em diante o número de Conferências se eleva, alcançando um número extremamente elevado de 46 Conferências em 1959 (ano posterior ao da crise interna do ISEB).

Outro item a ser apontado é o fato de grande parte das Conferências terem sido proferidas por militares (coronéis, generais, etc.) evidenciando uma concentração de conhecimento envolvendo recursos naturais por parte dos quadros militares brasileiros[8].

Voltando às temáticas, aparecem com elevada freqüência, os conceitos de desenvolvimento, nacionalismo, política do desenvolvimento, indústria no Brasil, política nacional, colonialismo, planejamento e algo relacionado com a questão agrária no Brasil. Em 1958, aparece, curiosamente, o tema da "educação na URSS" e "educação para o desenvolvimento", numa Conferência pronunciada pelo então Ministro da Educação, Clóvis Salgado; no ano de 1960 aparecem dois temas voltados à educação – "formação de técnicos para o desenvolvimento" e uma apresentação do "projeto de diretrizes e bases da educação", apresentado por Darcy Ribeiro, então colaborador de Anísio Teixeira no CBPE órgão vinculado ao INEP[9].

O conjunto dessas abordagens, sua tipologia e freqüências me levam a concluir que, na visão do ISEB, o desenvolvimento nacional se apoiava fundamentalmente no fomento dos recursos produtivos centrados na industrialização e desdobramentos afins, envolvendo recursos energéticos, recursos técnicos, etc. Já em se tratando das preocupações isebianas com a educação, não havia a defesa do papel da educação no desenvolvimento do país; no ISEB, a preocupação com a educação, seu papel e espaço de atuação é, fundamentalmente e estrategicamente, político-ideológica. No ISEB a

[8] Vale lembrar que nessa época a ESG – Escola Superior de Guerra agregava uma ala de militares que, a despeito de se distanciarem do ideário isebiano, dividiam com o ISEB o espaço político de uma reflexão em relação aos rumos do país.

[9] CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, vinculado ao INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão do MEC, dirigido na época por Anísio Teixeira.

preocupação com a educação e seus desdobramentos eram estratégicas por viabilizar tanto o estudo (uso das ciências sociais para a elaboração de instrumentos teóricos), quanto o ensino e a divulgação da ideologia do projeto de desenvolvimento (o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais são as efetivas finalidades do ISEB, tendo em vista a "análise e compreensão crítica da realidade brasileira", voltados ao incentivo e promoção do desenvolvimento nacional).

Ainda em relação às Conferências, alguns palestrantes eram figuras de destaque no meio político e/ou intelectual da época: Hermes Lima ("Nacionalismo"); Professor José Leite Lopes ("Situação e perspectivas da siderurgia no Brasil"); Professor Michael Debrun ("Os Partidos Políticos na França" e "Vitalidade da Europa" - dois dos poucos temas não voltados ao Brasil); Professor Celso Furtado ("Problemas Econômicos da América Latina"); Ministro da Educação Clóvis Salgado ("As metas da educação para o desenvolvimento"); Darcy Ribeiro ("Projeto de Diretrizes e Bases da Educação"); e Jean Paul Sartre ("Colonialismo").

. **Visitas feitas pelos estagiários**

Dentre as visitas destacam-se Refinarias, Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Jornal "O Globo", campos de petróleo da Petrobrás, Cia. Nacional de Álcalis; etc. Mais uma vez, a ênfase no setor produtivo e energético e a total ausência de visitas feitas a estabelecimentos educacionais tais como Universidades, Centros de Pesquisa, ou similares.

. Teses

O Relatório começa apresentando as quantidades de teses apresentadas e consequentemente o número de formandos a cada ano.

> "Apresentaram e defenderam teses sobre temas de sua livre escolha, por terem a freqüência exigida pelo Regimento do ISEB – 70% das aulas e seminários freqüentados – nos Cursos Regulares de 1956, 1957, 1958, 1959 – 167 estagiários. No ano de 1960 – 46 estagiários do Curso Regular já apresentaram os temas de suas dissertações a fim de serem aprovados pela Congregação do Instituto." (Relatório do ISEB, s/d; p. 29; grifos meus).

Nos dados, a marca de 65 teses alcançada em 1956 – início das atividades educativas - nunca foi superada posteriormente. Das 65 teses apresentadas em 1956, destaca-se em termos das profissões dos alunos, a presença dos quadros militares que totalizaram 11 alunos (quase 20% do total); 12 advogados; 10 professores; além de aparecerem outros tipos de atividades: dentista, médico, engenheiro, diplomata. Nesse universo, também se destaca o reduzido número de 5 mulheres, a maioria professoras.

No conjunto dos trabalhos apresentados destaca-se a atividade profissional de cada um: elevado número de alunos militares; professores; vários engenheiros e economistas; advogados, diplomatas, médicos, jornalistas, economistas, dentistas, etc.. ; Os destaques temáticos enfatizam o uso do conceito de "desenvolvimento", "desenvolvimento nacional", "desenvolvimento econômico", etc. – totalizando 23 títulos num universo de 41 teses (mais de 50%). Os conceitos de "educação" e "ensino" só aparecem em 4 títulos.

A análise do conjunto desses títulos, confirma a importância e a centralidade do conceito de desenvolvimento no pensamento isebiano; além do posicionamento de que a crise brasileira só seria passível de ser superada pela via do desenvolvimento, tal desenvolvimento deveria ter tanto um caráter "nacional", quanto deveria ter o papel de potencializar as diversas dimensões produtivas da realidade brasileira – envolvendo a questão rodoviária, os recursos econômicos, os recursos energéticos, a industrialização, a economia alimentícia, a questão agrária e urbana, etc.

. Encerramento do Curso Regular (e Diplomação dos Estagiários)

O item descreve as solenidades de encerramento dos diferentes anos:

- em 20 de dezembro de **1956** – 1ª. turma do Curso Regular formada pelo ISEB teve como paraninfo o Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República, tendo sido conferidos um total de 66 diplomas;

- em 20 de dezembro de **1957** – a 2ª. turma do Curso Regular do ISEB teve como paraninfo, Exmo. Sr. General Henrique Baptista Teixeira Lott, Ministro da Guerra, tendo sido conferidos um total de 41 diplomas;

- em 16 de dezembro de **1958** – a 3ª. turma do Curso Regular do ISEB teve como paraninfo eleito o Ministro da Educação, Clóvis Salgado; 31 alunos receberam seus diplomas;

- em 30 de dezembro de **1959** – a 4ª. turma do Curso Regular do ISEB, teve como paraninfo eleito, Deputado Gabriel Passos, tendo tido como patrono o Presidente Getúlio Vargas.

. Os Cursos Extraordinários

Tais Cursos são registrados anualmente, apontando títulos e respectivos professores responsáveis; se caracterizavam por serem atividades que não necessariamente aconteciam nas instalações do ISEB, já que alguns deles resultavam de convites feitos ao instituto por outras instituições. Em **1956**, o Relatório assinala que, "foi dado durante o ano de 1956, um Curso Extraordinário sobre "Educação para o Desenvolvimento" a cargo do **Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**, que constou de 4 Conferências proferidas nos dias 22 e 29 de agosto e 4 e 12 de setembro de 1956, no auditório do MEC" (Relatório do ISEB, s/d). Ou seja, o tema de abertura dos Cursos Extraordinários teve como foco a questão das políticas educacionais necessárias ao desenvolvimento no Brasil.

Já em relação ao ano de **1957** foram dados dois Cursos Extraordinários, tendo sido o primeiro, a convite do Clube de Engenharia, ao longo dos meses de maio a junho, que constou de um ciclo de 13 Conferências, a saber:

Curso Extraordinário 01 / 1957

. Prof. Álvaro Vieira Pinto	1. Condições ideológicas do desenvolvimento 2. Sentido humano do desenvolvimento
. Prof. Nelson Werneck Sodré	1.Transplantação e ideologia do colonialismo 2. Fundamentos da cultura nacional
. Prof. Alberto Guerreiro Ramos	1. Estrutura da sociedade brasileira 2. Significação do Nacionalismo

. Prof. Candido Mendes de Almeida	1.Problemas do subdesenvolvimento Latino-Americano
. Prof. Helio Jaguaribe	1.Análise da situação política nacional 2. Condições institucionais do desenvolvimento
. Prof. José Ribeiro Lira	1.Condições Econômicas do desenvolvimento
. Prof. Roland Corbisier	1. O Problema da Cultura Brasileira

(Fonte: Relatório do ISEB, s/d. Elaboração própria)

Do grupo de professores acima o único externo é José Ribeiro Lira. Quanto aos temas, cada palestrante trabalha o desenvolvimento de maneira genérica e vinculada à sua área de atuação no ISEB. Ou seja, a abordagem de cunho filosófico é explorada por Vieira Pinto e Corbisier; a abordagem histórica é explorada por Sodré; a abordagem sociológica é desenvolvida por Guerreiro Ramos; a abordagem política é de Candido Mendes; e finalmente a abordagem político-filosófica é de Jaguaribe. Mais uma vez, constata-se a ênfase em alguns termos que acabam caracterizando a reflexão do grupo isebiano: nacional; desenvolvimento; cultura brasileira; ideologia; etc.

Ainda no ano de 1957, foi realizado o 2º. Curso Extraordinário sobre o tema "Problemas do Desenvolvimento Nacional", promovido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, com o patrocínio do Centro de Estudos Brasileiros do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil; esse Curso constou de 8 Conferências proferidas pelos professores do ISEB, tendo sido convidados professores, universitários e estudantes.

Curso Extraordinário 02 / 1957

Professor	Conferência
. Prof. José Ribeiro Lira	1. Condições econômicas do desenvolvimento
. Prof. Oscar Lorenzo Fernandez	2. Inflação e desenvolvimento

. Prof. Nelson Werneck Sodré	3. Formação histórica da sociedade brasileira
. Prof. Guerreiro Ramos	4. Estrutura atual e perspectiva da sociedade brasileira
. Prof. Hélio Jaguaribe	5. Política nacional do desenvolvimento
. Prof. Candido Mendes	6. Política brasileira do desenvolvimento e conjuntura internacional
. Prof. Álvaro Vieira Pinto	7. Formação de uma consci6encia para o desenvolvimento
. Prof. Roland Corbisier	8. Nacionalismo como ideologia do desenvolvimento

(Fonte: Relatório do ISEB, s/d. Elaboração própria)

No ano de **1958**, o ISEB ministrou 4 Cursos Extraordinários, a saber:

> 1º. Curso - "Problemas metodológicos de uma sociologia brasileira", coordenado pelo Prof. Guerreiro Ramos;

> 2º. Curso – sob o patrocínio do Centro da Federação das Indústrias de São Paulo;

> 3º. Curso – sob o patrocínio da Associação dos Diplomados do ISEB, coordenado pelo Prof. Candido Mendes;

> 4º. Curso – "Introdução aos problemas brasileiros", destinado às nossas forças armadas.

O ano de 1959 teve um volume elevadíssimo de 12 Cursos Extraordinários solicitados por diferentes instituições (inclusive fora do Rio de Janeiro) que conjugaram um grande volume de Conferências. Ao longo desses 5 anos (56 a 60) o ISEB desenvolveu um conjunto de 52 Conferências que são registradas anualmente através de título, palestrante e instituição solicitante. Em relação aos temas abordados permanece a presença das mesmas questões - ênfase no desenvolvimento e recursos produtivos. Em relação das instituições solicitantes, vale destacar que a maioria eram Universidades, Faculdades, etc., num total de 18 das 52 (mais de 30%); também aparece a presença de vários Sindicatos de Trabalhadores, Grêmios e Diretórios Acadêmicos. A maior parte dos palestrantes são professores do ISEB.

Finalizando o Relatório aparece uma relação dos 27 títulos de publicações editadas pelo ISEB ao longo desses 5 anos (56 a 60); vale assinalar que a maior parte

dessas publicações são de autoria dos próprios professores do ISEB, resultados de cursos, conferências e pesquisas desenvolvidas no Instituto.

5.2. ISEB: "curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário"

Diante do exposto, o papel e o sentido da natureza pós-universitária no ISEB se expressavam nos seguintes encaminhamentos da instituição: 1) na decisão de ter por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciência sociais notadamente a Sociologia, a História, a Economia, a Política, trabalhadas através do referencial teórico da filosofia existencialista-culturalista e da metodologia fenomenológica como condutores das análises sobre a realidade brasileira; 2) na determinação de ter como objeto de estudo e pesquisa a realidade brasileira, seus dados e suas problematizações, para posterior geração de interferências; 3) na preocupação tanto de conceber e produzir um número elevado de estudos e pesquisas, quanto de organizar uma ampla estrutura acadêmica apoiada em Cursos Regulares, Seminários, Conferências, Publicações, etc.; o Relatório do ISEB registra o amplo conjunto de atividades desenvolvidas pelo Instituto no período de 1956-1960.

Mas a possibilidade de compreensão de criação ISEB como um curso pós-universitário voltado ao novo papel e nova configuração do Estado Capitalista no Brasil também passa pela discussão que envolve o papel da universidade naquele momento de modernização urbano-industrial do país.

Os cursos de pós-graduação no Brasil começam a ser definidos pelo Parecer CFE no. 977 de 1965 como sendo cursos abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma. Usando a mesmo lógica, um curso pós-universitário seria voltado a candidatos que já concluíram o curso universitário ou curso de graduação; vale lembrar que, na época, os cursos de pós-graduação ainda não haviam sido institucionalizados no país, existindo alguns poucos cursos desse nível que funcionavam informalmente[10]. Um curso pós-universitário – que

[10] Vale registrar a criação do ITA – Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, uma instituição que não se institucionaliza como uma Universidade, sendo vinculada às forças armadas, é de 1947; e o primeiro curso

exigia o diploma de um curso de graduação – evidencia uma estratégia de atuação junto à grupos seletos da sociedade brasileira; afinal, naquele momento, o acesso ao ensino superior era significativamente restrito. Contraditoriamente, o foco seletivo convivia com uma crítica à Universidade da época e seu ensino superior elitista.

Dentre os alunos/estagiários de tempo integral do ISEB (Curso Regular), destacava-se o elevado número de discentes que tinham uma atuação profissional definida, sendo na sua maioria oriundos das forças armadas seguido de advogados atuantes, jornalistas, deputados, e outros profissionais em menor número. Assim, o público discente do ISEB era constituído de intelectuais com significativa atuação e influência em seus grupos específicos (círculos militares; quadros da nova burocracia do novo Estado; etc.) que passavam por uma formação que aprofundava o conhecimento sistematizado da realidade brasileira. Uma estratégia que objetivava uma racional intervenção na realidade do país tendo em vista a construção do consenso em torno do projeto nacional-desenvolvimentista.

Em se tratando o pensamento sobre a Universidade naquele contexto alguns pensadores desenvolveram reflexões que indiretamente nos ajudam a compreender o ISEB: a produção intelectual de Florestan Fernandes, de Anísio Teixeira, de Álvaro Vieira Pinto, além do próprio Parecer do Conselho Federal de Educação – CFE no. 977/65 aprovado em 3 de 1965, sobre a Definição dos Cursos de pós-graduação.

Começando pelas colocações de Florestan Fernandes, intelectual que desde o final dos anos 50, passa a desenvolver uma importante reflexão em relação à Reforma Universitária brasileira (só efetivada em 1968), suas colocações se aproximam das críticas feitas pelo grupo isebiano às universidades no Brasil. Segundo Fernandes, a Universidade no Brasil se encontrava presa a uma tradição cultural estreita, apegada a um ensino livresco que desempenhava um papel de transferir e absorver conhecimentos originalmente produzidos no exterior. Para compreender o papel das Universidades em países de desenvolvimento periférico como o Brasil, Fernandes concebe o conceito de "universidade unifuncional" – uma universidade que serve de elo entre fluxos de cultura das nações desenvolvidas ou hegemônicas e os processos culturais pelos quais as nações

---

de pós-graduação oficialmente registrado numa Universidade no Brasil se estabelece em 1958, na Universidade de Viçosa, Minas Gerais.

emergentes tentam assimilar o padrão de civilização ocidental moderno; um conceito muito próximo da crítica que o grupo isebiano elabora quando aborda como imprópria a submissão da universidade brasileira em relação à posição hegemônica das universidades dos países desenvolvidos.

Mas à medida que tais sociedades caminham para um processo de emancipação econômica, política e cultural, as universidades passam a ser exigidas de uma outra maneira, sendo percebidas como uma agência de produção original do saber e uma das instituições-chaves da autonomização cultural das nações emergentes. Ou seja, as universidades passam a definir-se e a organizar-se, institucionalmente, segundo uma "visão multifuncional" de seus fins essenciais (Fernandes, 1975), expressos a partir de quatro grandes missões: 1) a missão cultural, que consiste na transmissão e conservação do saber; 2) a missão investigadora, onde se situam o incremento e o progresso do saber; 3) a missão técnico-profissional, vinculada à formação, em número e em qualidade, do pessoal de nível superior que a sociedade necessitava; e 4) a missão social, que mantêm a universidade a serviço da sociedade, como um dos fatores dinâmicos do estilo de vida intelectual e da evolução da cultura (Fernandes, 1975).

Na preocupação educativa pós-universitária isebiana identificamos a presença dessas 4 missões e acrescentamos uma quinta missão que singularizou a atuação do ISEB enquanto curso de nível pós-universitário – poderíamos pensar na presença de uma missão político-ideológica, a ser percebida em alguns procedimentos institucionais: 1) no fato dos temas mais trabalhados pelas reflexões e pesquisas isebianas assumirem como pressuposto o fato de que o projeto desenvolvimentista deveria se apoiar na materialidade dos recursos produtivos do país; ou seja, no ISEB o espaço e o papel da educação eram estratégicos, ou seja, o objetivo era o uso das informações empíricas, envolvendo recursos energéticos, alimentícios, agrícolas, etc, em possibilidades de intervenção que consolidassem o projeto em curso; 2) para o ISEB, o estudo, o ensino e a divulgação do projeto de desenvolvimento do país se apoiavam em princípios mais quantitativos que qualitativos: a coleta de dados e informações geravam grandes mapeamentos da realidade brasileira.

Ou seja, a dimensão educativa presente no ISEB não investia na construção de um pensamento crítico da realidade brasileira; as estratégias educativas se dava no âmbito de

uma ampla estratégia política controladora que se materializava na maneira pela qual a ideologia do desenvolvimento era estudada, ensinada e fundamentalmente divulgada, de forma a construir o consenso necessário entre as classes e grupos sociais em processo de organização e ascensão.

Desde 1956 a ideologia do desenvolvimentismo passa a ser estrategicamente operacionalizada pelas práticas e instâncias educativas do ISEB – o ensino propriamente dito (docência e discência) e a pesquisa. As atividades de ensino se davam nas atividades de sala de aula; já as atividades envolvidas na pesquisa, se davam através da busca das informações, da aplicação de uma racionalidade na sistematização dos dados construção do conhecimento, e das técnicas de orientação investigativa, etc. O conjunto desses dois tipos de atividades educativas totalizaram, num período de 5 anos (1956-1960), um universo de 1.452 aulas, 332 seminários, 167 teses apresentadas, 95 Conferências para o Curso Regular, 52 Conferências Externas e 27 Publicações.

Mas, assumindo que a educação se constitui uma prática social e portanto histórica, que se manifesta de diferentes maneiras em distintos grupos sociais, o uso e a maneira através da qual o ISEB se apropriou dos aportes pedagógicos e formativos se constituiu numa experiência nova e singular que deixou marcas no posterior desenvolvimento do pensamento brasileiro. De alguma maneira, o ISEB e suas estratégias político-pedagógicas inaugura uma maneira nova de se pensar o Brasil e seu processo de modernização; ao se constituir num curso de nível pós-graduação, o ISEB inaugura ações voltadas para a formação do pesquisador, ator social de destaque na nova configuração da sociabilidade moderna.

Para Anísio Teixeira[11] a escola de pós-graduação é a grande transformação moderna, é "a escola de pesquisa, a escola que irá formular o conhecimento humano para ser ensinado" (TEIXEIRA, 1968) e que até então não existia no Brasil. No ISEB, tanto essa esfera didática, quanto essa ênfase na pesquisa e no preparo do investigador se

[11] Ao longo dos anos de 1950 até 1964, Anísio Teixeira acumulou 2 cargos de destaque no MEC; foi o Diretor do INEP e Diretor da Comissão de Implementação da CAPES, onde iniciou um consistente trabalho de institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil, tendo em vista a formação dos mestres das nossas universidades.

singularizaram e, mesmo sendo ações desenvolvidas dentro de claros limites ideológicos, foram eficazmente utilizadas pelo novo Estado capitalista brasileiro.

A despeito de, formalmente, o objetivo das atividades educativas isebianas ser a de viabilizar a passagem de uma "consciência ingênua" para uma "consciência crítica", essa passagem não resultava numa postura intelectual de autonomia e independência. Para os isebianos, a "consciência crítica" devia ser obrigatoriamente apoiada numa ideologia que embasava um determinado modelo de desenvolvimento para o país. A consciência crítica da lógica isebiana tinha especificidades - segundo seus ideólogos, ela seria o espelho da verdade na medida em que emergia dos anseios populares. Ou seja, era uma consciência crítica limitada na medida em que emergiam de grupos sociais seletos e "conduzidas" pelos intelectuais "progressistas" do ISEB que "auxiliavam" a condução e a direção do caminho a ser seguido. Os intelectuais isebianos eram, em sua maioria, intelectuais orgânicos da lógica liberal capitalista e nesse sentido defendiam um projeto político com controlada e restrita participação das massas que efetivamente viabilizasse, através da construção do consenso, a acumulação da riqueza e do capital.

Isto significa que, possivelmente, no ISEB, a diretividade também se fazia presente na sala de aula, na forte sugestão do uso das abordagens existencialistas-culturalistas e da metodologia fenomenológica, por exemplo. Ou seja, o viés ideológico se sobrepunha ao viés educativo. No termo "educação ideológica", a construção autônoma e crítica do conhecimento está submetida a uma *determinada ideologia* – uma ideologia previamente pautada num determinado modelo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a criação do ISEB resulta da necessidade do novo Estado capitalista brasileiro em construir um projeto de desenvolvimento consensuado, a partir de uma nova forma de se pensar e estudar o Brasil e os brasileiros. Em seu livro, "A Questão da Universidade", publicado nos anos de 1960, Álvaro Vieira Pinto sugere os princípios da construção dessa nova forma dos brasileiros se pensarem e pensarem o Brasil.

> "O País subdesenvolvido não tem ainda uma pedagogia própria codificada em forma culta, pois a que possui na sua práxis social, muito real, a que será um dia objeto sério de estudo dos futuros dirigentes educacionais, essa está por ora em poder da massa chamada ignorante, analfabeta, se estrutura da espoliação do trabalho e no rigor da miséria do povo. Será compendiada nos manuais e tratados escolares, quando

> os representantes dos atuais analfabetos chegarem ao poder e instituírem autenticamente o ensino que não tiveram." (PINTO, s/d; p. 117; grifos meus).

Vieira Pinto denuncia a produção intelectual existente na realidade brasileira e suas práticas pedagógicas como sendo comprometidas com valores externos e portanto inadequados à nossa realidade brasileira.

Como conclusão parcial, a experiência isebiana, enquanto novo papel do Estado (como aparelho de construção de consenso vinculado ao Estado) e enquanto implementação inovadora de formação de pesquisadores voltados à realidade brasileira, não pode ser ignorada sob a pena maior de não percebermos o sentido das mudanças que, indiretamente encaminhadas pela burguesia, passam a se dar através dos novos papéis atribuídos ao Estado capitalista brasileiro ao longo do seu histórico desenvolvimento capitalista.

Referências Bibliográficas

. ABREU, Alzira Alves & BELOCH, Israel (orgs.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983** (2º. Vol.) Rio de Janeiro: Forense Universitária / FGV / CPDOC / FINEP (verbete: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB).
. CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura nacional.** ISEB: MEC, 1959.
. COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci.** Coleção Fontes do Pensamento Político. L&PM editores, s/d.
. Decreto Lei no. 37.608 de 14 de julho de 1955, que "Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências" (LEX, 1955; p. 232, 233)
. Decreto Lei no, 41.500 de 15 de maio de 1957, que "Altera a redação do art. 10 do Decreto no. 37.608, que institui no Ministério da Educação e Cultura o ISEB" (LEX, 1957; p. 368)
. Decreto Lei no. 45,811 de 15 de abril de 1959, que "Dá nova organização do ISEB (...) dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências". (LEX, 1959; p. 101, 102)
. FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no BrasiL: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Globo, 2006.
. BUCI-GLUCKMANN, Christine. **Gramsci e o Estado. Por uma teoria materialista da filosofia.** RJ; Paz e Terra, 1980.
. JAGUARIBE, Hélio. **Condições institucionais do desenvolvimento.** ISEB: MEC, 1958.
. NEVES, Lucia (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** SP: Xamã, 2005.

. PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade.** Rio de Janeiro: Ed. Universitária, s/d

. Relatório sucinto das atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Biblioteca Nacional; Seção de Manuscritos; Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro) (52,30,49).

. SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social. Particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

. TEIXEIRA, Anísio. **Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. No. 50 (111).

. TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP.